



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAI

CNPJ/MF. 76.282.649/0001-04

PRAÇA SANTA CRUZ, 249 – CENTRO – FONE (044) 3243-1157

São Jorge do Ivaí – PR – E-mail: prefeitura@pmsjivai.pr.gov.br

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – PGM

Pregão Presencial nº 030/2018

Processo Licitatório nº 046/2018

Assunto: *Registro de Preços visando eventuais aquisições de ar condicionados instalados para atender a demanda da Secretaria Municipal de Promoção Social, conforme especificações constates no edital, inclusive seus anexos, notadamente o Anexo I, que veicula o Termo de Referência.*

Razoes da Impugnação

As empresas LG DE SOLUZA BARSAGLIA EPP e FRIMAC REFRIGERAÇÃO EIRELI – ME apresentaram impugnação ao Edital de Pregão Presencial 030/2018, alegando em síntese, que há divergência no GAS refrigerante especificados no item 2.1 (GAS R-22) e nas relações das especificações do item 3.1 e no termo de referência (todos discriminando GAS ECOLÓGICO – GAS R410^a); tratando-se de bem comum se faz desnecessária a realização de VISITA TÉCNICA; e ainda a empresa FRIMAC REFRIGERAÇÃO EIRELI – ME, questiona a necessidade de demonstrar a CAPACIDADE TECNICA através de profissional habilitado em Engenharia Elétrica.

Requer a impugnação do edital para que a administração reveja seus atos para republicar o Edital nos termos do §4º do art. 21 da Lei 8.666/93, constando a necessidade de retificação para redefinir qual o GAS a ser utilizado tendo em vista que o GAS R 22 foi substituído pelo GAS R410 (Ecológico) e não e mais fabricado; a desnecessidade de realização de Visita Técnica; bem como a redefinição do profissional para que os requisitos comprobatórios da capacidade técnica do profissional habilitado para a execução dos serviços em discussão, deve se dar por meio de Certidão específica, que demonstre ser habilitado na área de instalação de sistema de climatização.

Tempestividade

Estabelece o item 6.1 do presente edital, o prazo de até 2 (dois) dias úteis da abertura do Pregão, para que quaisquer interessados solicitem esclarecimentos, requerer providencias ou formular impugnação contra cláusulas ou condições do Edital.

O Certame estava designado para o dia 4 de junho de 2018, sendo a presente impugnação protocolada em 29/05 pelo primeiro impugnante e posterior a suspensão do

processo houve impugnação da segunda impugnante em 05/06/2018 respectivamente, via e-mail, e assim, tempestiva.

No Mérito

O processo licitatório visa atender o interesse público, buscando a proposta mais vantajosa, **igualdade de condições entre os licitantes**, ampliando o caráter competitivo do certame.

A Constituição prevê, em seu artigo 37, XXI, *in verbis*, que as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes:

Art. 37 - (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações

No âmbito da legislação, também prevê o art. 3º, da Lei 8.666/93 que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, devendo ser processada em estrita conformidade com o princípio da igualdade.

DA RETIFICAÇÃO DA CONTRADIÇÃO DO OBJETO COM O TERMO DE REFERENCIA – GÁS R-22 E GAS ECOLOGICO – R 410

Observa-se que o Edital no item 2.1 discrimina em seu Objeto o GÁS R-22 e traz na discriminação do termo de referência e no item 3.1 traz a menção do GAS ecológico, em todas as para ser utilizados nas unidades climatizadoras.

Observa-se que nos orçamentos realizados para compor a pesquisa de mercados, faz referência o GÁS ECOLÓGICO.

Destarte, assiste razão nas alegações formuladas pelas impugnantes ao observar a contradição descritas na discriminação dos GASES usados nas unidades climatizadoras, para que seja sanada a contradição.

DA CAPACIDADE TECNICA – PROFISSIONAL HABILITADO

A decisão normativa nº 42/1992 do CONFEA, determinou que:

“Por deliberação da Câmara Especializada de Engenharia Industrial e de acordo com o porte da empresa, as atividades de instalação e



manutenção de sistemas de condicionadores de ar e de refrigeração poderão ser executadas sob a responsabilidade técnica de Técnico de 2º Grau, legalmente habilitado”.

O CREA definiu as atribuições de seus profissionais, assim deve o Edital ser retificado para que se adeque e que o profissional demonstre ser habilitado na área de instalação de sistema de climatização, mantendo todas a exigência de anotações de responsabilidade técnica.

DA VISITA TÉCNICA

A Lei nº 8.666/93 autoriza, em seu art. 30, inc. III, a Administração Pública a exigir, como requisito de qualificação técnica, a comprovação de que a licitante realizou **visita técnica no local onde serão cumpridas as futuras obrigações contratuais**, em momento anterior à apresentação de sua proposta no certame.

A necessidade de estipulação dessa exigência é determinada pelo tipo de objeto/encargo que será realizado pelo futuro contratado, bem como as condições que envolvem o local onde ele será executado. Assim, sendo as condições do local peculiares e relevantes para a execução do contrato e não podendo ser expressas de modo detalhado e específico no instrumento convocatório, então, é de suma importância que os particulares as conheçam pessoalmente, pois do contrário, restará inviável a identificação, pelo particular, do real esforço a ser empregado na execução do ajuste, o que prejudica o dimensionamento adequado dos custos, ensejando a elaboração de propostas imprecisas.

É importante frisar que o objetivo da visita técnica é justamente propiciar às licitantes o efetivo conhecimento das condições reais do local onde será executado o objeto de modo a evitar que haja prejuízos de natureza econômica (com a formulação de propostas imprecisas) e de natureza técnica (durante a execução do contrato).

Portanto, a exigência de vistoria técnica se justifica em face da necessidade de o local da execução do futuro contrato condicionar a elaboração das propostas precisas, de modo a evitar que a Administração se exponha ao risco de receber propostas inaptas, sem a compreensão de todos os elementos técnicos e financeiros que a efetiva execução do objeto demanda.

Portanto, assiste razão, em parte, nas alegações dos impugnantes, e somos pelo seu Parcial deferimento, e que seja retificado o Edital para: especificar o modelo de GAS a serem utilizados nos equipamentos; o profissional demonstre ser habilitado na área de instalação de sistema de climatização, mantendo todas a exigência de anotações de responsabilidade técnica; e manter a necessidade da visita técnica, tudo nos termos das fundamentações supra.

É o parecer, à superior consideração.

São Jorge do Ivaí – PR, 09 de julho de 2018.



Demetrius de Jesus Bedin

OAB-PR 57.455 – Procurador Municipal